

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDO ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Uma promessa para 2026

Tal e qual a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, o presidente Lula planeja colocar a tarifa zero no transporte público como parte do projeto de governo a ser apresentado numa campanha reeleitoral. Falta fechar a conta. O consenso no governo é que, do jeito que está, a população de baixa renda não consegue pagar (leia mais no blog da Denise, no site do **Correio Braziliense**).

## E Geraldo, hein?

O MDB praticamente desistiu de se apresentar com um candidato a vice para a reeleição de Lula. Logo, o vice-presidente Geraldo Alckmin tende a ficar onde está na chapa de 2026. Só será deslocado se Tarcísio de Freitas desistir de concorrer ao governo de São Paulo. Ou seja, até que o governador decida seu futuro político, ninguém se move.

## Pressão

Pelo menos 10 organizações da sociedade civil ligadas ao setor de combustíveis pressionam a aprovação do projeto do devedor contumaz, que cria o Código de Defesa do Contribuinte, do jeito que veio do Senado. Para o setor, o texto relatado pelo Senador Efraim Filho (União-PB) é “o caminho mais rápido, seguro e eficaz para promover segurança jurídica em todo o país”.

## Segurança em debate

O tema está em alta esta semana, com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, no Senado, na CPI do Crime Organizado, e o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, Mendonça Filho, reunido com os líderes para tratar do texto do governo. O problema é que faltam só duas semanas para o recesso, e os deputados só querem saber de uma pausa antes do ano eleitoral.

## De saída

Única petista a votar favoravelmente à soltura de Rodrigo Bacellar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a deputada Carla Machado, vai deixar o PT e deve seguir para o União Brasil.

# Um Bolsonaro para negociar



Ao dizer que pode deixar de ser candidato a presidente da República se o centro atender suas condições — anistia e o pai candidato —, o senador Flávio Bolsonaro não empolgou a política, apenas o mercado, que fez a leitura de que ele não disputará o Planalto. Para completar, o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, deixa cristalino à coluna que “ainda há muitas águas para rolar”, quando perguntado se apoiará um Bolsonaro. Quanto ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, Marcos Pereira alega que é muito cedo. Para bons entendedores, está claro que o Republicanos vai esperar decantar esse movimento de Flávio Bolsonaro para, mais à frente, tomar uma decisão. Os demais partidos de centro também seguem nessa toada, conforme o leitor da coluna já sabe.

» » » »

**Veja bem/** Em política, há uma máxima que ninguém é candidato de si mesmo. Ou seja, há que ter apoios e votos. Até aqui, as pesquisas e os políticos de um modo geral não indicaram uma grande empolgação com o nome de Flávio. Se continuar como um candidato meramente familiar, para atender aos interesses do clã Bolsonaro, será engolido pelas águas de março, quando a classe política fechará suas apostas.

## CURTIDAS



Fabio Rodrigues-Pereira/ Agência Brasil

**Política está no sangue I/** Oriundo da iniciativa privada, o ministro das Cidades, Jader Filho (**foto**), deixa o cargo em abril para ser candidato a deputado federal. O governador do Pará, Helder Barbalho, concorrerá ao Senado. O pai deles, o senador Jader Barbalho, vai se aposentar.

**Política está no sangue II/** O secretário Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, Leonardo Picciani (MDB), é outro que vai deixar o cargo para concorrer a um mandato de deputado federal, no Rio de Janeiro. É filho do político Jorge Picciani, falecido em 2021.

**“Foi livramento”** / Na live que realizou logo após sua expulsão por unanimidade do União Brasil, o ministro do Turismo, Celso Sabino, foi consolado pelos apoiadores. Um achegou a dizer que Sabino deveria estar feliz por sair do partido, que está “bagunçado”.

**Racha no DF/** O senador Izalci Lucas (PL-DF) anuncia que apoiará o ex-governador José Roberto Arruda, que se filiara ao PSD para concorrer ao Palácio do Buriti. O mesmo caminho deve seguir o deputado Alberto Fraga (PL-DF). No restante do PL, a tendência, hoje, é de apoio à candidatura da vice-governadora, Celina Leão (PP).

**Sem parar/** O presidente Lula está com uma agenda turbinada nesse fim de ano para entregas de casas populares e outras obras do governo. Até outubro de 2026, Lula não pretende parar em Brasília. A estratégia é manter a visibilidade do presidente e de seus ministros.

## PODCAST DO CORREIO

# Justiça para quilombolas no MA

Presidente do TJ fala de regularização fundiária e indenizações a comunidades afetadas pelo Centro de Lançamento de Alcântara

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Froz Sobrinho, participou do Podcast *Direito&Justiça* durante sua passagem por Brasília, onde esteve para a cerimônia do Prêmio Innovare. Em entrevista às jornalistas Ana Maria Campos e Sibeles Negromonte, o magistrado contou que concorreu na categoria Juiz, conquistando o segundo lugar e uma menção honrosa.

O desembargador disputou o prêmio com o projeto “Alcântara em defesa do território quilombola” que, segundo ele, envolve uma questão de repercussão internacional. O Brasil já havia sido cobrado por organismos internacionais pela ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) sem garantir proteção adequada às populações tradicionais da região, formadas, majoritariamente, por comunidades quilombolas.

Froz Sobrinho explica que Alcântara é a segunda cidade mais antiga do Maranhão e foi, durante o período colonial, o principal ponto de desembarque e registro de pessoas escravizadas enviadas para trabalhar na ocupação do Norte do país. Mesmo após a decadência econômica da cidade, essa população permaneceu no território. Hoje, há mais de 150 comunidades remanescentes de quilombos.

Com a implantação do CLA, muitas dessas comunidades foram removidas de seus territórios sem receber as garantias básicas do Estado. “Não houve indenização pelas terras, nem oferta de serviços públicos essenciais. As famílias ficaram isoladas, vivendo da agricultura familiar, sem escolas, sem assistência à saúde e sem meios de transporte para chegar às sedes municipais.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Projetos prometidos para a região jamais foram executados”, destacou o desembargador.

## Demarcação de terras

As áreas para as quais os quilombolas foram direcionados também pertenciam ao território tradicional dessa população, no entanto, esse deslocamento não foi feito de forma regular. “O que fizemos, agora, foi regularizar essa nova área, garantindo uma extensão equivalente à ocupação original”, explicou.

Segundo o magistrado, a solução foi possível graças a uma articulação

inédita entre Justiça estadual, Justiça Federal e governo federal. “Firmamos um grande acordo, uma conciliação histórica. A Justiça Federal e o governo brasileiro participaram, e a Justiça estadual garantiu toda a documentação necessária para dar segurança jurídica ao processo”, afirmou.

“Todas as etapas foram formalizadas e, em quatro meses, foi possível consolidar um acordo robusto, que devolveu às comunidades a satisfação e a confiança na Justiça”, disse. No total, mais de 2 mil pessoas foram beneficiadas, com mais de 50 comunidades devidamente matriculadas.

Além do Innovare, a gestão de Froz Sobrinho também vem recebendo reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O TJMA alcançou o primeiro lugar nacional em transparência e recebeu, pela primeira vez na história, o Selo Diamante. “O selo avalia gestão, governança, tecnologia, produtividade e transparência. Fomos o único tribunal do Nordeste a receber o Selo Diamante. A gestão foi uma prioridade desde que assumi a presidência”, afirmou.

O desembargador destaca ainda que a pluralidade do mundo exige que a administração pública seja igualmente plural e inclusiva.

“Sempre disse à minha equipe que era preciso ampliar os níveis de acesso. O Maranhão é continental, são 217 municípios, com 108 comarcas. Há cidades sem presença física do Judiciário.”

A trajetória de Froz Sobrinho em defesa de direitos humanos antecede sua chegada ao TJMA. Ele foi promotor de Meio Ambiente e de Infância e Juventude e permaneceu 17 anos no Ministério Público até chegar ao Tribunal, em 2009, período da crise do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que levaria o Maranhão a ser notificado internacionalmente.

Diante do quadro crítico, ele foi convidado pelo ministro Gilmar Mendes a atuar na área penal e iniciar um processo de transformação no sistema prisional maranhense. A partir dessa articulação, o estado promoveu uma reestruturação histórica, com a criação da primeira Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF).

“Foram realizados mutirões carcerários e implementadas políticas de pacificação e trabalho prisional. Hoje, posso garantir que Pedrinhas está entre as três melhores situações prisionais do Brasil que, como sabemos, vive um caos nacional”, afirmou.

**Sempre disse à minha equipe que era preciso ampliar os níveis de acesso. O Maranhão é continental, são 217 municípios, com 108 comarcas. Há cidades sem presença física do Judiciário.”**

**Froz Sobrinho,**  
presidente do TJMA